

Edição 310 - Brasília, 29 de junho

CMN reduz o intervalo de tolerância da meta de inflação para 2017

Os limites superior e inferior da banda passarão de 2 pontos percentuais para 1,5 ponto percentual. A meta de inflação foi mantida em 4,5%.



CMN

O Conselho Monetário Nacional é formado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy (à esquerda), que é o presidente do Conselho; pelo presidente do BC, Alexandre Tombini; e pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa.

Em 2017, a meta de inflação a ser atingida pelo Banco Central será de 4,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (para cima ou para baixo), em vez dos dois pontos percentuais que vigoravam como limite de tolerância até então. Em 11 anos, é a primeira vez que o Conselho Monetário Nacional (CMN) altera as margens de tolerância da meta de inflação. A meta, por sua vez, permanece inalterada desde 2005.

A meta de inflação é definida e anunciada anualmente pelo CMN, com antecedência de dois anos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é utilizado como base para o cálculo do percentual.

Para que a inflação se mantenha dentro dos limites estabelecidos pelo CMN, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) define metas para a taxa básica de juros da economia (taxa Selic), que são perseguidas com a utilização dos instrumentos de política monetária, entre os quais se destacam as operações de mercado aberto. A presença de bandas permite ao BC acomodar e absorver choques econômicos e de preços na economia.

O Banco Central, tanto por suas ações de política monetária quanto em seus instrumentos de comunicação, busca circunscrever os impactos dos ajustes de preços relativos (administrados e externos) na inflação a este ano, impedindo sua transmissão para 2016 e ou para prazos mais longos. O BC mantém-se vigilante

para assegurar a convergência da inflação à meta de 4,5% no final de 2016. De acordo com o Copom, as expectativas de mercado para o próximo ano ainda se mantêm acima da meta, indicando que o progresso já obtido ainda não é suficiente.

A redução das projeções de inflação para 2016 e os períodos seguintes, convergindo à meta fixada pelo CMN, representa a ancoragem das expectativas do mercado e da sociedade, fortalecendo o regime de metas. A decisão do CMN, ao reduzir o intervalo de tolerância, reforça essa convergência das expectativas à meta.

TJLP

Na ocasião, também foi definida a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o terceiro trimestre de 2015, que subiu 0,5 ponto percentual e foi fixada em 6,5% ao ano. Assim, o aumento da TJLP no ano atingiu 1 ponto percentual, acompanhando o movimento de alta da taxa básica de juros (Selic).

O índice foi instituído em 1994 e funciona principalmente como taxa de juros de referência para os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A taxa é fixada trimestralmente pelo CMN e é calculada com base na meta de inflação estipulada para os doze meses seguintes, além de um prêmio de risco, que leva em consideração as perspectivas da economia brasileira.

Comissão estratégica do BC e Sinal discutem temas de interesse dos servidores

Reunião realizada ao fim da tarde de sexta-feira (26) tratou de assuntos como modernização da carreira de especialista, equiparação salarial, PASBC, concurso e flexibilização de horários.



Pauta

Sindicato levou à mesa a flexibilização da jornada de trabalho, melhorias no PASBC entre outros temas.

A comissão estratégica instituída pelo presidente Alexandre Tombini se reuniu na noite da última sexta-feira (26) com o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) para tratar de assuntos de interesse

dos servidores. Na ocasião, foi mencionada a proposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) de 21,3% de reajuste em quatro anos, sendo 5,5% em 2016, 5% em 2017, 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019 – oferecida a 49 carreiras de servidores públicos federais.

A proposta ainda será encaminhada para votação em assembleia. O diretor de Administração, Altamir Lopes, ponderou que a discussão de outros itens da pauta, como reajuste dos benefícios, será realizada posteriormente à aprovação do reajuste. “Temos insistido com o ministério para que as questões dos servidores avancem, mas esse realmente é um assunto de alçada daquela pasta”, destacou o diretor.

PASBC

O presidente do sindicato, Daro Piffer, levou à reunião a necessidade de melhorias no Programa de Assistência à Saúde do Banco Central (PASBC). “O plano de saúde é uma questão complexa, que envolve outras esferas. Temos, no país, problemas com algumas especialidades médicas, por exemplo. Com relação à cobertura, há a intenção de abrir para os servidores a opção de aderir à Cassi, mas somente em cidades sem cobertura do nosso plano. Isso porque há a preocupação de que a abertura total possa enfraquecer nosso plano. Temos projeto em andamento (PSBC) que fará uma radiografia do programa, tanto do ponto de vista estrutural, quanto atuarial”, detalhou Altamir.

Concurso e flexibilização da jornada

A convocação dos selecionados no último concurso também foi tema da reunião. A equipe da **Conexão Real** apurou nesta manhã a publicação da [Portaria nº 252](#), que autorizou a nomeação de 300 novos servidores, sendo cem deles - 50 analistas e 50 técnicos - excedentes ao previsto no edital.

O sindicato também levou à mesa a flexibilização da jornada de trabalho. “Esse é um assunto a ser discutido no próximo ano. Em outubro desse ano deveremos concluir o sistema de controle de acesso e, então, vamos colocar em audiência pública aos servidores o sistema de controle de frequência e seus desdobramentos”, frisou Altamir.

Outros assuntos, como equiparação salarial das carreiras e sistema de controle de acesso (raios X) também foram levantados, mas sem aprofundamento. Outras reuniões com o Sinal já estão agendadas ao longo do ano, de acordo com calendário pré-estabelecido, sem prejuízo de novos encontros fora desse calendário, sempre que julgado necessário.

Em Brasília, 'focas' do Estadão conhecem atuação do BC

Turma de 26 jovens profissionais do Curso Estadão de Jornalismo Econômico assistiu a uma palestra sobre o papel do BC na economia e sobre estabilidade econômica e controle da inflação.

Jornalistas recém-formados – ou 'focas', como se costuma chamar no jargão jornalístico – do Curso Estadão de Jornalismo Econômico participaram de uma palestra no BC para entender como a instituição se relaciona com a imprensa e conhecer os principais instrumentos gerenciais da autoridade monetária. A visita dos profissionais ocorreu na sexta-feira (26), no Edifício-Sede, em Brasília.

O diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Luiz Edson Feltrim, reforçou a importância do relacionamento com a imprensa para o acesso da população à informação. “É fundamental o trabalho da imprensa na prestação de serviços à sociedade, inclusive como canal de transmissão do próprio trabalho do BC, que muitas vezes não tem a capilaridade desejada”.



Acesso à informação

"É fundamental o trabalho da imprensa na prestação de serviços à sociedade, inclusive como canal de transmissão do próprio trabalho do BC", avaliou o diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Luiz Edson Feltrim.

Após visitarem a sala onde são realizadas as reuniões do Copom e a Galeria de Arte, a turma de 26 jornalistas assistiu a uma palestra sobre o papel do BC na economia, sobre estabilidade econômica e sobre controle da inflação. Por meio de reportagens já publicadas por veículos de comunicação, Eduardo Daniel, chefe adjunto do Comun, contextualizou o trabalho do Banco Central em diversas áreas de atuação: regulamentação, normatização, política cambial, sistema de metas e educação financeira, além dos instrumentos de comunicação do BC. "Os comunicados e atas, o Relatório de Inflação e outros documentos divulgados pelo BC são instrumentos de comunicação, cujo objetivo é dar transparência e previsibilidade à política monetária", frisou.

O foca Roberto Mondoni, formado em jornalismo pela Casper Líbero, de São Paulo, ficou impressionado com a quantidade de funções desempenhadas pelo BC. "Sempre associamos o trabalho do Banco Central a manchetes sobre a taxa Selic e sobre política cambial. Hoje descobri uma instituição muito mais rica e com um alto grau de influência na economia", ressalta.

Para Roberto Gazzi, que coordena o curso e tem 35 anos de experiência em jornalismo, trazer os estudantes à "realidade" faz a cobertura jornalística ter um caráter mais "real" e com mais conteúdo. "A visita foi tão produtiva que espero tornar regular esses encontros", finalizou. Interessado em realizar cobertura na área econômica, o 'foca' Tiago Nicácio diz que aprendeu bastante com a palestra. "Deixei de ter uma visão etérea do Banco Central e consigo enxergar a sua atuação de forma mais clara na economia brasileira".

Sobre o curso

O curso de Jornalismo Econômico do Estadão, realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP), é considerado um marco no treinamento de jornalistas para o setor. Nos três meses do programa, em período integral, os participantes têm aulas teóricas com professores da FGV e realizam atividades monitoradas pela equipe de jornalistas econômicos do Grupo Estado. Os 'focas' também participam da rotina das redações, com atuação em diferentes plataformas.

Convergência da inflação para 4,5% no fim de 2016 tem se fortalecido

De acordo com as projeções constantes do Relatório de Inflação (RI), o cenário de convergência da inflação para 4,5% em 2016 tem ganhado força, embora a expectativa seja de que o índice chegue a 9% neste ano.



Cenário

"O ajuste macroeconômico é padrão e necessário. Já se observa redução inicial de desequilíbrios com o duplo ajuste de preços relativos. Contudo, o esforço deve continuar", esclareceu o diretor Luiz Pereira.

O Comitê de Política Monetária (Copom) avalia que, no cenário atual, a convergência da inflação para a meta de 4,5% em 2016 tem se fortalecido. Entretanto, reitera a necessidade de determinação e perseverança no combate à inflação no curto, médio e longo prazos. A observação foi divulgada no [Relatório de Inflação \(RI\)](#) referente ao segundo trimestre de 2015, divulgado na quarta-feira (24). Os avanços alcançados no combate à alta dos preços, entretanto, ainda não se mostram suficientes, de acordo com o documento.

A projeção para a inflação de 2015, no cenário de referência (considerando juros e câmbio estáveis), aumentou em 1,1 ponto percentual, em relação à projeção divulgada no Relatório de março de 2015. Neste ano, segundo o Relatório, o índice deve chegar a 9% (a expectativa era de 7,9% no documento anterior, referente ao primeiro trimestre), reflexo do realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais e do realinhamento dos preços administrados em relação aos livres.

"A política monetária está e deve se manter vigilante para assegurar a convergência da inflação à meta de 4,5% ao final de 2016", afirmou o diretor de Política Econômica, Luiz Awazu Pereira da Silva. Para ele, os primeiros resultados de 2015 mostram que o período ainda é de transição. "O ajuste macroeconômico é padrão e necessário. Já se observa redução inicial de desequilíbrios com o duplo ajuste de preços relativos. Contudo, o esforço deve continuar", esclareceu o diretor.

Os preços monitorados (aqueles definidos por contrato ou pelo governo) mostraram maior alta que os livres nos primeiros meses deste ano e, com isso, as estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foram pressionadas para cima. Assim, com o fim do período de ajuste, a expectativa é de que a inflação retorne à meta.

Crescimento

A projeção de crescimento da economia para este ano também foi revisada. A expectativa, neste Relatório, é de retração de 1,1%. No documento divulgado em março, era de -0,5%. Para o diretor de Política Econômica, no médio prazo, os ajustes recentes impactarão o ambiente macroeconômico, contribuindo para a recuperação da confiança do consumidor e dos empresários, o que se refletirá na evolução favorável do consumo e do investimento.

Luiz Pereira salientou, ainda, que o país se prepara para o aumento da taxa de juros norte-americana. "Ainda que o *Federal Reserve (FED)* - Banco Central dos Estados Unidos - tenha assegurado que a medida será gradual e está sendo amplamente divulgada, podemos esperar alguma volatilidade no mercado", considerou o diretor.

BC sedia encontro de supervisão dos bancos centrais dos países de língua portuguesa

Promovido pela área de Fiscalização, evento teve a presença de representantes dos bancos centrais de Angola, de Cabo Verde, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste.



Integração

O evento reuniu representantes dos bancos centrais de Angola, de Cabo Verde, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste.

O Banco Central sediou em Brasília, na última semana, o 3º Encontro de Supervisão Bancária dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP). Durante o evento, que durou três dias, foram debatidos temas referentes aos modelos de supervisão, à supervisão baseada em risco, à convergência na alocação de capital, ao monitoramento de riscos de crédito e de liquidez, à supervisão comportamental e à convergência normativa na regulação e na supervisão dos BCPLP.

O evento é periódico, sendo organizado de forma alternada pelos países membros, e tem por objetivo

contribuir para o compartilhamento de informações e de experiências, bem como para a criação de mecanismos de cooperação técnica no domínio da supervisão. Na abertura do encontro, o diretor de Fiscalização do BC, Anthero Meirelles, ressaltou o modelo de supervisão adotado no mercado financeiro brasileiro.

"O Brasil tem um mercado financeiro sofisticado, que exige uma supervisão igualmente avançada. Empregamos metodologias de monitoramento e de identificação dos riscos mais significativos e avaliação da qualidade dos controles internos, da gestão de riscos e da governança corporativa", afirmou Anthero. "Outro aspecto é a forte integração entre a supervisão micro e a supervisão macroprudencial".

O diretor também falou da crescente e necessária integração entre os mercados financeiros e de capitais nos últimos anos, bem como sobre o número de instituições internacionalmente ativas. "Esse contexto potencializa a enorme necessidade de convergência entre os países, tanto em termos de inteligência de supervisão, de equalização normativa, como também de práticas visando coibir a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo. Uma supervisão eficaz não se desenvolve atualmente sem cooperação mútua e intercâmbio de informações entre os supervisores", ressaltou.



Parceria

Para o diretor de Fiscalização, Anthero Meirelles, é necessário que os países reforcem a integração nos processos de supervisão. "Uma supervisão eficaz não se desenvolve atualmente sem cooperação mútua e intercâmbio de informações entre os supervisores".

O chefe do Degef, Paulo Sérgio Neves, destacou que o crescente reconhecimento da atuação do Banco Central, além de ter colocado a instituição num patamar diferenciado em termos de avaliação de seu desempenho, criou expectativas no que se refere a papéis internacionais que terá de assumir. "Nesse fórum de supervisão bancária, espera-se do BC que ele lidere discussões e leve suas experiências bem sucedidas na área de supervisão para os países de língua portuguesa", avaliou.

O chefe de divisão do Departamento de Regulação e Organização do Sistema Financeiro do Banco Nacional de Angola, Henrique Dambi, avaliou como positiva a troca de experiência entre os diferentes organismos de supervisão. "Passamos por vários momentos importantes, como o monitoramento do risco de crédito,

modelos de supervisão mais adequados para cumprir a missão dos bancos centrais e testes de estresse feitos nas instituições bancárias. A troca de conhecimentos mais técnicos e profundos é importante para subsidiar supervisores na resolução de problemas nas suas missões", definiu.

Já o administrador do Pelouro de Supervisão Bancária e Seguros do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Aldro Umbelina, enfatizou que, apesar de o Brasil ser um parceiro na área, é preciso levar em conta as especificidades financeiras do seu país.

"Estamos passando por uma reestruturação do sistema bancário. Houve uma fase do boom dos bancos comerciais no país e esses bancos foram para São Tomé e Príncipe esperando que houvesse a exploração do petróleo, o que não aconteceu. Logo, nossa prioridade agora é adequar a supervisão bancária em um contexto econômico sem petróleo."

José Alves Catarina, assessor no Degef, destacou que a elaboração da agenda do evento foi coordenada pela Difis e contou com apresentações e moderações de todos os países participantes.

Delegação Russa conhece instrumentos de política monetária do BC

Membros do Banco Central da Rússia visitaram o Edifício-Sede em Brasília e a regional do Rio de Janeiro para aprofundarem conhecimentos sobre SPB e Selic.



Cooperação

Integrantes da delegação russa (da esquerda para a direita): Mikhail Bolshakov, Dmitry Blagushin, Anna Zolotova e Elena Shchukina durante visita, no Edifício-Sede, em Brasília.

O BC recebeu na semana passada delegação da autoridade monetária russa. A visita técnica foi dividida em dois momentos. Em Brasília, os quatro integrantes conversaram com servidores do Deban sobre o Sistema de Pagamentos Brasileiro. Em seguida, os técnicos do Banco Central da Rússia seguiram para o Rio de Janeiro, onde visitaram o Demab para conhecer mais sobre o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Durante a visita, a delegação também teve a oportunidade de conhecer o Museu de Valores.

Mudanças vão tornar mais ágil e transparente processo de progressão e promoção

Novos procedimentos já valem para as avaliações em curso. Além de comunicação mais precisa e clara, os benefícios serão mais rápidos para os servidores de unidades que encaminharem as informações no prazo estipulado.

Para tornar mais transparente o processo de [progressão e promoção](#), mudanças de procedimentos e no Sistema Informatizado de Administração dos Recursos Humanos (Siarh) vão possibilitar ao servidor acompanhar de forma mais clara e precisa seu desenvolvimento e a data em que será promovido ou progredido na carreira.

O desenvolvimento da carreira de especialista (analistas e técnicos) do Banco Central ocorre por meio da progressão, mudança de níveis dentro de uma mesma classe, e da promoção, quando ocorre a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro nível de uma classe imediatamente superior. De acordo com Frederico Maciel Moreira, coordenador no Depes, o sistema será atualizado assim que o processo de envio das informações das unidades for finalizado.

"Tanto no caso da progressão como na promoção, são os chefes de unidade que dão o ritmo ao processo", afirma Frederico. Na promoção, conforme ele explica, além da definição do Índice de Desempenho da Unidade (IDU), é necessária a confirmação, pelo chefe da unidade, de que o servidor está apto a ser promovido, além de assentamentos funcionais sem qualquer falta disciplinar.

"Em regra, a progressão de cada servidor é subsidiada pelo Índice de Desempenho da Unidade (IDU). O interstício de tempo entre as classes de uma categoria pode variar de um a um ano e meio, e é a partir do IDU que se calcula o redutor de interstício individual", aponta Frederico.

Outra alteração está relacionada ao processamento pelo Depes das informações enviadas pelas unidades. "Os meses de junho e dezembro são reservados para que as unidades apurem e encaminhem o IDU ao Depes. Anteriormente, o sistema ficava bloqueado e ninguém era progredido nesse período até que todas as unidades enviassem os dados", lembra o coordenador.

Com a mudança, as unidades que não repassarem as informações no prazo - 30 de junho - ficarão para "uma segunda fase do processo (segundo lote)", o que irá repercutir na atualização das datas de promoção e progressão apenas dos seus próprios servidores. A confirmação da data no Siarh funcionará de acordo com o cumprimento dos prazos. Embora as informações possam vir a ser atualizadas após o período previsto, os benefícios decorrentes da progressão e da promoção são ajustados retroativamente.

Desempenho individual

Apesar da coincidência no período, os dados referentes ao desempenho individual do servidor não se relacionam com a avaliação do estágio probatório. "A nota da avaliação de desempenho do estágio probatório afere se o servidor tem condições de adquirir a estabilidade no serviço público", esclarece Frederico. Segundo ele, o que pode ocorrer é "os chefes de unidades terem a nota de avaliação de desempenho como uma forma de subsídio para balizar o desenvolvimento da carreira do servidor".

Frederico cita o caso dos servidores oriundos do concurso de 2006. "Muitos servidores estão aptos a serem promovidos (de uma classe para outra) entre julho e agosto. Como a própria promoção é balizada pelo índice de aproveitamento das últimas progressões (dentro de uma mesma classe) do servidor, a promoção só pode ser processada após o final do processo de progressão. Esse processo é conectado de tal forma que o atraso de uma progressão repercute em atraso na data da promoção".

Informações pessoais sobre o histórico e a estimativa de progressão e promoção podem ser encontradas no

Sisbacen, por meio da transação PGRH800, opção 1, depois F10. Dúvidas e outras informações relativas ao processo de promoção e progressão podem ser esclarecidas no Direto ao Ponto (3900) e pela intranet, na aba [Pessoas](#).

Pesquisa coletará sugestões de servidores sobre o planejamento estratégico

Levantamento será realizado desta terça-feira (23) a 10 de julho e vai aferir como os servidores do BC percebem os valores, os objetivos estratégicos, a missão e a visão de futuro do Banco.



O que vem à cabeça quando se fala dos valores organizacionais da instituição? Os objetivos estratégicos do BC são claramente entendidos? A partir desta terça-feira (23), uma pesquisa realizada pelo Depog vai aferir o que os servidores do Banco pensam sobre esses e sobre outros questionamentos relativos aos valores e ao planejamento da instituição. A Pesquisa de valores e planejamento será aplicada pela unidade até 10 de julho, como parte do Projeto BC 2020, que resultará na formulação do novo ciclo de planejamento estratégico 2016-2019.

"Queremos saber qual a percepção do servidor a respeito dos valores, dos objetivos estratégicos e da missão do Banco Central", diz Liziane Freitas, chefe de subunidade no Depog. A ideia, de acordo com ela, é "conhecer as avaliações e as associações que os servidores fazem sobre cada um dos itens que compõem o planejamento".

Essa é a primeira vez que o Banco Central realiza uma pesquisa para a manifestação dos servidores sobre as atuais orientações estratégicas. "Queremos incentivar uma participação maior do corpo funcional na construção do planejamento estratégico, mais perceptível e compreendido pelo nosso público", esclarece Hécio Almeida, gerente do Projeto BC 2020.

Os resultados da pesquisa serão considerados nas etapas de formulação do planejamento estratégico e do seu desdobramento posterior. Na definição das orientações estratégicas para esse novo ciclo 2016-2019, também servirão de insumo os resultados das análises retrospectiva, situacional e prospectiva.

Método de avaliação

A pesquisa é composta por 50 afirmativas sobre questões relacionadas ao planejamento estratégico, sendo sete questionamentos sobre os valores organizacionais, 29 sobre as atuais orientações estratégicas, dez sobre o processo de planejamento do BC e quatro sobre dados demográficos.

Segundo Hécio, desde o final de 2014, foram realizados trabalhos de diagnóstico retrospectivo, averiguando os resultados alcançados no ciclo anterior (2010-2014), e de diagnóstico situacional, com o levantamento das capacidades organizacionais com base na cadeia de valor, quando foram identificados os pontos fortes e pontos de melhoria dos processos de segundo nível.

Projeto BC 2020

Aprovado pela Diretoria Colegiada, o objetivo do projeto é traçar um novo ciclo estratégico para o período 2016-2019 e discutir a formulação dessa estratégia de forma mais interativa com os servidores. "Ouvir a opinião e saber a real interpretação do planejamento entre os servidores ajuda no processo de melhoria e de solução de problemas, dando maior consistência às decisões tomadas", aponta Liziane.

Coordenadores estaduais do ensino médio conhecem Programa Educação Financeira nas Escolas

Encontro realizado em Brasília teve o objetivo de detalhar o Programa Educação Financeira nas Escolas da Enef.



Crédito

Para a chefe do Depef, Elvira Cruvinel, o aumento da disponibilidade de crédito no país reforça a necessidade de se consolidar uma cultura de gestão das finanças pessoais no Brasil.

Os coordenadores do ensino médio das secretarias estaduais de educação de todos os estados brasileiros reuniram-se entre 18 e 19 de junho no Edifício-Sede do BC, em Brasília, para conhecer o 'Programa Educação Financeira - Ensino Médio', desenvolvido no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) e coordenado pela Associação de Educação Financeira do Brasil, a AEF-Brasil. A ideia é que, a partir do encontro, os representantes entendam mais sobre a ação e firmem termos de compromisso para implementá-la em seus estados.

Durante a abertura do evento, a chefe do Depef, Elvira Cruvinel, representante suplente do BC no Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), enfatizou que a promoção da educação financeira é um dos pilares para o fortalecimento da eficiência do sistema financeiro nacional e da cidadania.

"A oferta de crédito quase que dobrou nos últimos dez anos, o que, conseqüentemente, aumentou o risco de endividamento das famílias. Por isso, precisamos fortalecer a cultura de gestão de finanças pessoais", diz. "Quando se fala em dinheiro, até as pequenas ações podem fazer a diferença", completa.



Adesão

A expectativa da representante da AEF-Brasil, Yael Sandberg, é que um maior número de escolas implemente o programa.

A secretária-executiva do Conselho Nacional das Secretarias de Educação (Consed), Nilce Rosa da Costa, acredita que o Programa tem potencial para mudar o comportamento das pessoas em relação ao gerenciamento de seus recursos financeiros. "É importante que conhecimentos ligados à Educação Financeira sejam disseminados nas escolas, para que os jovens despertem para a importância do gerenciamento da renda familiar", resume.

A expectativa da representante da AEF-Brasil, Yael Sandberg, é que o programa seja levado aos estados pelos participantes do encontro e que, com isso, um maior número de escolas o implemente. Na sexta-feira (19), último dia do evento, o grupo visitou o Museu de Valores e conheceu a exposição 'Você já parou para pensar?', que trata de educação financeira e de psicologia econômica.

Livro aberto

Há regras para escrever (boas) obras de ficção?

Por Alexandre Lobão, do Degef.



Como passar ideias para o papel sem perder sua vitalidade, originalidade e graça? Uma resposta simples e direta é dada por William Somerset Maugham, novelista, contista e escritor de peças em inglês que foi o mais bem pago escritor na década de 1930: “Existem três regras para saber escrever ficção. Infelizmente ninguém sabe quais são elas.”

Brincadeiras à parte, é importante nos conscientizarmos de duas coisas: Primeiro, realmente não existem regras para escrever (boa) ficção, até porque várias grandes obras se destacaram justamente por saírem dos padrões usuais dos escritores de sua época.

Em segundo lugar, é importante saber que existem sim regras para melhorar seu texto, desde simples regras gramaticais e ortográficas – que encontramos em qualquer gramática – até regras sobre como estruturar melhor seu texto para torná-lo mais claro, mais fluido, mais divertido para o leitor.

Essas regras existem tanto para textos de ficção quanto para textos técnicos, e o conselho vale para ambos: Antes de começar a escrever, organize suas ideias.

Liste todos os pontos principais do que você vai escrever. Se, por exemplo, trata-se da produção de um parecer quanto a determinada questão, liste os prós, os contras, as contestações para cada ponto, elabore a linha geral que será defendida e qual a conclusão que será apresentada, tudo isso em uma simples lista de tópicos.

Se por outro lado trata-se de uma história, comece registrando o status quo inicial, os “pontos de virada” – os momentos em que a história muda efetivamente de rumo – e a conclusão da busca iniciada pelo personagem no primeiro ponto de virada. Não é preciso nenhuma avaliação: você mesmo irá perceber que o resultado produzido será bem mais coeso, mais focado e interessante, devido ao direcionamento dado por esse planejamento!

*Participe também da coluna **Livro aberto**, enviando sua sugestão de leitura para conexaoreal@bcb.gov.br.*

Você sabia?

"Hora" e "Ora". Quando usar?

Por Ronan Pelegrini, chefe de divisão na Secre/Sucon.

“Hora”, 24ª parte do dia, é substantivo e flexiona-se em número (singular, plural). “Ora” pode atuar como advérbio, conjunção ou interjeição e, por isso, é invariável. Os exemplos que ora apresento podem ora ajudar a elucidar a matéria, ora confundir o leitor. Ora! Quão rápido passam as horas! Se aproveitar bem as



horas, progredirá; ora, se não o fizer, serão horas não vividas. Por ora, o professor pediu-lhe que lesse três páginas por hora. Ora a hora se esvai, ora permanece nas horas todas da vida. Ora acaba o repertório, ora a paciência. Por ora, é isso. Outras lucubrações ficam para outra hora.

Realização: Comun.

Coordenação geral: Fábio Formiga.

Edição: Gustavo Igreja.

Jornalistas: Jamila Tavares, Flávia Medeiros e Larissa Garcia (Informe); Adriana Álvares.

Fotógrafo: Roberto Maciel (Informe)

Projeto gráfico: Ricardo Cayres (CTIS).